

saskab

<http://www.ideaz-institute.com/>  
Cuaderno 17

“NA MINHA VOZ UM ABRAÇO”: a luta étnica na carta de Elza Soares à mãe de Kathlen Romeu. Rio de Janeiro – Brasil.

**SANTOS, Adelci Silva dos. Rio de Janeiro: Nucleas/UERJ**



Imagem em homenagem a Kethelen Romeu. Disponível em: <https://www.tupi.fm/rio/artistas-realizam-homenagens-para-kathlen-romeu-morta-no-lins/>

O Rio de Janeiro, é a segunda cidade mais populosa do Brasil, e assim como tantas outras de seu porte, ela nunca para. Ela nunca descansa. Com uma população tão intensa, e atividades vibrantes ao longo das vinte e quatro horas do dia, possui um efetivo policial de 44.000 mil homens. A quantidade, no entanto, não garante a segurança dos moradores. Ao contrário disso, a capital fluminense ocupa o topo do ranking de letalidade policial<sup>1</sup>, acima até mesmo da Cidade de São Paulo, cuja população de 12.325,232 habitantes a coloca como a cidade mais populosa da América Latina. A população preta e parda na cidade do Rio é pouco acima de 3 milhões de pessoas. Esse número coloca a capital fluminense em segundo lugar entre as cidades

---

<sup>1</sup> Informação disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/15/rio-de-janeiro-tem-15-das-50-cidades-brasileiras-em-que-a-policia-mais-matou-em-2020> acessado em 17/11/2021

brasileiras que possuem maior contingente de afrodescendentes, perdendo apenas para a capital baiana, Salvador<sup>2</sup>.

A capital carioca, tendo longo histórico de ser a sede administrativa e política do país durante tampo tempo, desde a presença da Família Real, passando pelo período imperial e mesmo durante décadas da república, sempre teve intensa movimentação urbana e transformou-se num grande polo de atração de populações periféricas e mesmo de migrantes de outros estados, de tal forma que passou, e passa constantemente, por um processo de inchamento da população que, sem possuir os recursos necessários derrama suas moradias pelas encostas dos morros adjacentes e outras áreas insalubres onde a pobreza campeia livremente. Soma-se a essa massa de migrantes, o enorme contingente de descendentes da escravaria que fora liberta antes e após o 13 de maio, sem uma política de inserção na sociedade civil, no mercado de trabalho e no sistema educacional.

Esse histórico de capital política e econômica do país, fez surgir na cidade uma força policial extremamente repressora e violenta que elege, historicamente como alvo de suas ações, homens, mulheres e crianças de pele negra e parda. Já em 1817, ainda durante a permanência da Família Real Portuguesa na Capital, já se observava a excessiva força com que a polícia se lançava contra os negros da cidade, fato observado e registrado naquele ano pelo cronista francês Jacques Arago ao testemunhar uma ação policial nas ruas fluminenses.

O policiamento do Rio é bastante rigoroso, mas, ainda assim, os crimes são muito frequentes. Por que isso? Ora, porque, por todo lado, preferimos punir um delito a evitar que ele ocorra. Os agentes desta polícia infernal são recebidos em todos os lugares e celebrados em todos os lugares; o seu papel é oprimir, não reprimir; saem para capturar negros como saímos para caçar lobos. Juntamente com outras forças policiais, organizados militarmente e denominados guardas do Rei, os agentes se excitam uns aos outros com a crueldade que praticam; não há um único dia em que algum infeliz não perca um membro para o barbarismo desses carrascos ( ...)<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/rio-eacute-segunda-cidade-com-mais-negros-pardos-do-brasil-segundo-ibge-3238937.html> acessado em 17/11/2021

<sup>3</sup> ARAGO, Jacques. DOUVILLE, Jewan-Baptiste e outros. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (org). Franceses no Brasil: cartas e relatos, 1817-1828.

Repara-se que os adjetivos referentes à polícia carioca há mais de duzentos anos podem ainda hoje ser muito apropriadamente utilizados: “carrascos”, “polícia infernal”. Certamente é um grande medo que se apodera das populações das favelas, subúrbios e periferias, quando os caminhões blindados da polícia militar, muito acertadamente apelidados de “caveirões” com suas tropas de uniformes negros, com o emblema de uma caveira atravessada por uma faca se aproximam de suas ruas e casas. Mesmo inocentes, a maioria absoluta da população da favela não se sente segura ou amparada com a chegada dos agentes da lei. Afinal, não possuem o tipo físico que a sociedade privilegiada identifica como pessoas de bem. A pele parda ou preta, o cabelo crespo ou anelado os denuncia como sendo alguém que ao longo do tempo havia sido repetidamente rotulado como a causa de todos as mazelas sociais, a origem de todo o mal. Ser sobretudo, um jovem preto favelado no Rio de Janeiro é estar em constante vigilância e estado latente de opressão.

O rapper, cantor e compositor Emicida<sup>4</sup>, notório por defender a causa negra e por sua luta por igualdade social, na letra de sua música “Ismália” denuncia a realidade de que ser preto no Rio de Janeiro é ser alvo das balas perdidas que sempre acham um corpo preto para se alojar.

80 tiros<sup>5</sup> te lembram que existe pele alva e pele alva  
Quem disparou usava farda (Mais uma vez)  
Quem te acusou nem lá num tava (Banda de espírito de porco)  
Porque um corpo preto morto é tipo os hit das parada:  
Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada.

Essa truculência institucionalizada vem ao encontro do desejo de quase toda a nata da sociedade brasileira, ávida por espelhar os

---

<sup>4</sup> Seu nome de Batismo é Leandro Roque de Oliveira, seu nome artístico, EMICIDA é um acróstico para Enquanto Minha Imaginação Compuser Insanidades Domino a Arte. Seu trabalho é famoso por promover também a inclusão de artistas e questões que lutam pela igualdade de gênero além da questão étnico-racial.

<sup>5</sup> Aqui, o cantor faz referência específica ao notório caso do músico cujo carro foi alvejado com 80 tiros de fuzil, pelas tropas do exército que atuavam em conjunto com a polícia do Rio de Janeiro em abril de 2019, quando levava a família para um chá de bebê. Segundo o Comando do Exército, a morte do músico negro foi um engano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml>

modelos europeus; não causa espanto então que as orientações objetivas em “caçar negros como se caçam lobos”, denunciada pelo viajante francês no início do século XIX, encontre eco nas polícias militares de outros estados do país, como se verifica das instruções do alto comando da Polícia Militar de São Paulo a seus subordinados na cidade de Campinas: “focando em abordagens a transeuntes e em veículos em atitude suspeita, **especialmente indivíduos de cor parda e negra com idade aparentemente de 18 a 25 anos**”. Confrontado, o Comando da Instituição alegou que ouviu um “deslize de comunicação”<sup>6</sup>. Não bastasse a opinião pública sobre as “pessoas de cor” e a violenta ação policial costumeira, este tratamento encontra agasalho e abrigo também nas instituições das esferas judiciais, onde a cor negra tanto serve como agravante quanto a cor branca serve como atenuante e mesmo como motivo inocentador. É o que se pode depurar da atitude da juíza de direito também da cidade de Campinas, que ao redigir a sentença afirmou com convicção; “O réu não possui o estereótipo padrão de bandido, possui pele, olhos e cabelos claros, não estando sujeito a ser facilmente confundido.”<sup>7</sup> Ora, se pele branca, olhos e cabelos claros são características que isentam de suspeita, logo, as características opostas, pele negra e cabelos pretos e crespos são, potencialmente, indicativos de culpa. Se levado ao extremo, ou se apenas recuarmos um par de centena de anos, veremos que a cor da pele é mesmo fator de desumanização, pensamento escravizador que ainda ecoa naquela opinião coletiva que a maior parcela daqueles que são racistas acolhem, mas que guardam apenas para os comentários feitos nos círculos mais restritos, entre os seus. Novamente o rapper Emicida percebe essa característica e assim se manifesta. “Ela quis ser chamada de morena, que isso apaga o abismo entre si e a humanidade plena”. Enquanto nos países de população predominantemente caucasóide o termo “moreno” se refere apenas a indivíduos brancos de cabelos pretos, no Brasil ele passou a designar aquele

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/01/pm-de-campinas-deixa-vazar-ordem-para-priorizar-abordagens-em-negros.html>

<sup>7</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/03/01/decisao-onde-juiza-de-campinas-diz-que-reu-nao-tem-estereotipo-padrao-de-bandido-viraliza.ghtml>

fruto da mestiçagem, invariavelmente imposta pelo poder senhorial inconsequente. Homens e mulheres cuja pele não era preta o suficiente para se identificarem como negros, nem branca o suficiente para passarem despercebidos pelo resto da sociedade e, por isso mesmo, encontra as portas fechadas para a plena ascensão social, embora possa experimentar uma situação um pouco mais confortável que aqueles de maior índice de melanina.

É corriqueiro que a Polícia Militar, sobretudo do Rio de Janeiro sempre agiu no melhor estilo de Capitão-do-Mato quando se trata de ações policiais nas favelas e periferias da cidade. Em 1982, o fotógrafo Luis Morier registrou uma cena que estampou as páginas do *Jornal do Brasil* e que logo ganhou o mundo, e que parecia ser a imagem atualizada das Pinturas de Jean Batist Debret. Sob o título de “Batida Policial nos Morros do Rio de Janeiro”, a foto de Morier é eloquente em denunciar o racismo policial que vigorava, e vigora ainda, nas corporações brasileiras. Amarrados pelo pescoço, com uma corda tosca, sete homens negros e mal vestidos são conduzidos por um policial militar, tal qual uma leva de escravos conduzidos ao mercado ou levados de volta a alguma fazenda escravista de onde pudessem ter se evadido.



Foto: Luis Morier, im *O Jornal do Brasil*, de 20/09/1982

Sem que nenhuma ação afirmativa tenha surtido grandes resultados ao longo das décadas, não é de causar espanto que quarenta anos depois deste registro fotográfico, os noticiários continuem repletos de

registros de negros mortos por joelhos na garganta<sup>8</sup>, em lojas de departamentos<sup>9</sup>, câmaras de gás improvisadas<sup>10</sup> e tantas outras fatalidades. Segundo os dados revelados pelas agências de jornalismo, as vítimas da letalidade policial na cidade do Rio de Janeiro são, em sua esmagadora maioria, pretos e pardos, perfazendo um total de 78% de todas as vítimas das ações policiais<sup>11</sup>. Ora, se um segmento específico da sociedade, que compõe a menor parte deste grupo é alvo da 78% da letalidade dos instrumentos de poder do Estado, esse fenômeno não pode ser considerado como força do acaso, mas sim como resultado do racismo institucional ou, pior e talvez mais provável, resultado de um projeto político histórico que sempre pregou e tentou implantar uma política nacional de branqueamento; que fez parte tanto dos discursos oficiais como do imaginário social refletido nas artes e atitudes cotidianas. O quadro do pintor espanhol Modesto Brocos, “A Redenção de Cam” representa exatamente esse desejo de branqueamento da pele e da raça que tanto se esperava da sociedade brasileira do século XIX. Na imagem a matriarca lança suas mãos aos céus em agradecimento por sua filha, já mestiça, ter engravidado de um imigrante branco, dando-lhe uma neta de pele muito mais clara que a sua.

---

<sup>8</sup> Caso George Floyd disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>

<sup>9</sup> Caso João Alberto Ferreira disponível em <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>

<sup>10</sup> Caso Genivaldo de Jesus <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/26/homem-morre-em-camera-de-gas-improvisada-por-policiais-em-viatura.htm>

<sup>11</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/06/pretos-e-pardos-sao-78percent-dos-mortos-em-acoes-policiais-no-rj-em-2019-e-o-negro-que-sofre-essa-inseguranca-diz-mae-de-agatha.ghtml> acessado em 17/11/2021





Redenção de Cam” de Modesto Brocos (1895)

Mas, não apenas a truculência das ações policiais é estrategicamente planejada e direcionada contra uma população específica; não apenas a suposta e fantasiosa inocência da pele pela branca é legitimada pelo judiciário, como também é do agrado político do chefe do Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Ações policiais “eficientes” agrada as parcelas mais abastadas da sociedade e transformam-se em apoio político e financiamento de campanhas eleitorais. É essa realidade histórica que justifica, por exemplo, a vibração, em público, do governador do Estado do Rio de Janeiro, quando um atirador de elite da polícia militar executa o homem que havia sequestrado um ônibus e interditado a Ponte Rio-Niterói em agosto de 2019. Wilson Witzel salta e esmurra o ar como quem comemora o gol da vitória de seu time de futebol favorito<sup>12</sup>. O corpo preto de William Augusto da Silva, de vinte anos, estava no chão mesmo sem ter qualquer antecedente criminal e apresentar problemas psicológicos<sup>13</sup>, seu tratamento foi execução sumária. O policial foi condecorado semanas depois por sua eficiência.

<sup>12</sup> Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/08/20/interna-brasil,778167/wilson-witzel-comemora-desfecho-com-morte-do-sequestrador-no-rio-de-ja.shtml>

<sup>13</sup> Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/08/20/sequestrador-onibus-ponte-rio-niteroi.htm#:~:text=O%20homem%20que%20sequestrou%20um,um%20sniper%20da%20Pol%C3%ADcia%20Militar.>



Imagem: Governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel comemora morte de sequestrador por atirador da Polícia Militar. Fonte site [vejario.abril.com.br](http://vejario.abril.com.br)

O ex-juíz federal e governador eleito do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, já havia sido alvo de controvérsias ao manifestar publicamente o que pensava sobre a violência das ações policiais. Sua fala parecia representar o que a classe alta da cidade pensava como solução ao problema da criminalidade. “A polícia vai fazer o que é certo: vai mirar na cabecinha e...fogo! pra não ter erro”<sup>14</sup>. Ora, se o mais alto escalão do executivo estadual se manifesta desta forma, fica claro que a polícia sente-se legitimada ao invadir favelas em seus “caveirões” blindados abatendo aqueles que esteja com furadeiras<sup>15</sup> e guarda-chuvas<sup>16</sup> na mão. Depois, basta alegar engano.

Meses antes, Witzel já havia ganhado os noticiários em outra situação de claro desprezo pelas vidas dos moradores de comunidades carentes, onde a maioria da população é de pobres. Sua atitude, em primeiro lugar, confirma a visão distorcida que boa parte da sociedade brasileira tem, de que toda favela é habitada na sua totalidade ou majoritariamente por traficantes, em segundo, demonstra seu apego

<sup>14</sup> Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/>

<sup>15</sup> Refere-se ao caso do homem morto por policial do BOPE. Disponível em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/05/policial-do-bope-confunde-furadeira-com-arma-e-mata-morador-do-andarai.html>

<sup>16</sup> Refere-se ao caso do Garsom morto por policial militar no Rio de Janeiro. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458\\_048104.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html)



profundo a soluções violentas quando o outro é diferente de sí. Em maio de 2019, o governador havia sobrevoado, em helicóptero da polícia civil, uma comunidade do município litorâneo e turístico de Angra dos Reis, e da aeronave, disparado contra uma tenda montada no alto de um morro por evangélicos para servir de banheiro durante suas vigílias de orações. A justificativa do político é de que era um posto de observação dos traficantes locais, o que de pronto é rebatido por um dos moradores do local “Aquela barraquinha ali foi criada pelos irmãos evangélicos e serve de banheiro. Aqui não tem ponto de tráfico não, é uma tranquilidade”<sup>17</sup>. Ao que parece, a ação foi impulsiva e sem estudos prévios ou estratégia, como foi demonstrado mais tarde pela imprensa.

A violência sempre foi “institucionalizada” pelo Estado brasileiro e legitimada pelos seus códigos legislativos, como a Lei da Vadiagem que desde o Império legitimava a prisão e o espancamento de negros, mulatos e pardos nas ruas da cidade, e que, mesmo depois de extinta, continuou fazendo escola. Surgida originalmente no artigo 295 do Código Criminal do Império, a lei tinha como alvo todos os que não conseguissem uma ocupação “honesta e útil” e não tivesse renda suficiente. Ora, seu alvo direto era a multidão de pretos, mulatos e pardos, livre ou libertos que andavam pelas ruas da cidade em busca de algum trabalho temporário, algo não tão fácil de conseguir tendo em vista a concorrência dos escravos de ganho. Observe também que a lei faz distinção para o “trabalho honesto”; a prostituição, por exemplo, era trabalho desonesto, desde que fosse praticada por uma mulher livre ou liberta, já que muitas escravas tinham como fonte de renda para seus senhores os serviços sexuais que ofereciam nas esquinas da capital. A lei era um reflexo do elitismo e do racismo latente e explícito na sociedade imperial. O mais perturbador é que quase dois séculos depois estas mesmas características ainda

---

<sup>17</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/05/07/helicoptero-usado-pelo-governador-para-sobrevoar-comunidade-do-rj-efetuou-disparos-e-atingiu-tenda-de-grupo-evangelico-diz-morador.ghtml>

permitiam que até o ano de 2021 estivesse em vigor uma lei semelhante, o Decreto Lei 3.688/41 que até então previa a prisão, de 15 dias a três meses, a quem se entregar “habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência”<sup>18</sup>. Notem que ainda que a pessoa trabalhe, será considerado vadio se aquilo que recebe não for suficiente para seu sustento, como se fosse fácil, em um país de 13 milhões de desempregados e com o uma das mais injustas distribuições de renda do mundo conseguir um emprego formal que satisfizesse plenamente todas as exigências da lei.

E no sentido extremo oposto ao da busca por um tratamento mais igualitário e por uma diminuição na truculência das ações policiais, o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que ganhou notoriedade ao longo de seu governo por atitudes desrespeitosas e aviltantes, declaradamente racista, apresentou o Projeto de Lei número 882/19 que cria o chamado “Excludente de Ilicitude”, que boa parte dos intelectuais da sociedade entende como uma licença para matar. O projeto prevê que policiais que matem em serviço tenham suas possíveis penas minimizadas ou mesmo que não sejam responsabilizados pelo ato, nas palavras do presidente da República a ideia é “dar meios ao policial poder agir”<sup>19</sup>. É neste ponto que os críticos entendem que a possibilidade de impunidade para as mortes praticadas por policiais leve os índices de letalidade das ações da polícia a níveis ainda maiores.

Como se não bastasse, o controverso deputado federal Daniel Silveira (PTB – RJ), que ganhou as manchetes por ter arrancado e quebrado, em ato público, a placa que dava a uma rua da cidade o nome de Marielle Franco; vereadora negra, que lutava contra a ação da milícia

---

<sup>18</sup> <https://www.camara.leg.br/noticias/845847-proposta-retira-vadiagem-da-lei-de-contravencoes-penais/#:~:text=Atualmente%20essa%20lei%20prev%C3%AA%20pris%C3%A3o,pr%C3%B3pria%20subsist%C3%Aancia%20mediante%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20il%C3%ADcita%E2%80%9D>.

<sup>19</sup> Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/república/bolsonaro-anuncia-projeto-que- protege-policiais-em-aco-es-de-lei-e-ordem/>

e em aparo às famílias de policiais mortos em serviço e que foi assassinada em uma emboscada paga para sua eliminação. O mesmo deputado foi condenado a 8 anos e 9 meses de prisão por ter ameaçado a vida dos Juízes do Supremo Tribunal Federal e usado suas redes sociais para ameaçar os membros da Suprema Corte. Após receber o indulto presidencial um dia após a condenação, o que demonstra total conivência do chefe do executivo com aqueles que pregam a violência, o parlamentar apresentou à Câmara dos Deputados um projeto – que foi aprovado – onde amplia a abrangência do controverso Excludente de Ilicitude. Na proposta, Silveira minimiza ou legitima os excessos cometidos pelos policiais mediante “surpresa ou perturbação de ânimo”, além de estender essas exceções também para os casos de invasão de domicílio. Em poucas palavras, caso um policial reaja no susto, por ter ficado nervoso ou exaltado ou se suspeitar que alguém possa invadir sua casa, e na reação mate uma pessoa, sua responsabilidade será minimizada ou poderá ser completamente inocentado.<sup>20</sup>

A farda da polícia, portanto, passa a ser um estandarte da impunidade, um valhacouto de violência institucional cujo objeto de suas ações é sempre a população preta e parda, ou, como diria a juíza acima citada, aqueles que apresentam “biotipo de suspeitos”.

A cidade do Rio de Janeiro, com quase 7 milhões de habitantes<sup>21</sup> não para de pulsar; ela tem vida latente vinte e quatro horas por dia, e em oito de junho de 2021, nas ruas do Lins de Vasconcelos, periferia da cidade, avó e a neta, grávida de três meses, caminhavam lado-a-lado pela comunidade. Separadas pelas restrições de isolamento social impostas pela pandemia que assombra, restringe e faz crescer a saudade, era a oportunidade de se reencontrarem, de sufocar a saudade e de se olharem novamente.

---

<sup>20</sup> Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/comissao-aprova-ampliar-excludente-de-ilicitude-e-agravar-penas-de-crimes-contra-policiais/>

<sup>21</sup> A cidade do Rio de Janeiro possui, segundo dados de 2020, 6.747.815 moradores

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2021, duas horas da tarde, um tiro de fuzil separa, em definitivo avó e neta. O corpo de Kathlen encontra a bala perdida pela polícia militar. As balas que a polícia perde sempre encontram um destino. Balas perdidas, vidas perdidas, esperanças perdidas, corpos achados; só os culpados não são encontrados. Não apenas o soldado que aperta o gatilho, mas também o sargento que conduz a operação, o tenente que organiza a ação, o capitão que dá a ordem, o coronel que elabora a estratégia (ou a falta dela), o Secretário de Segurança Pública que quer resultados numéricos, o governador que precisa de munição política. Os culpados nunca são culpabilizados, e, no fim das contas, a culpa se volta para aquele corpo no chão.

Culpado por ser pobre? Culpado por morar na favela? Culpado por ser preto, mulato, pardo?

Foi do meio artístico que veio a voz mais emocionada e comprometida a amparar a dor de Jaqueline, mãe da jovem morta pela ação militar. Era a voz de outra mãe, também favelada, também preta.

Jackline, eu nem posso imaginar a sua dor. Eu não consigo mensurar o que você está sentindo com a perda da sua filha. Não imagino, porque nunca ninguém nesse mundo poderá imaginar a dor que eu senti a cada filho que perdi. É difícil compreender que um filho, uma filha, morrerá antes da mãe. É quase inaceitável para mim, mas muito jovem eu tive que aprender a conviver com essa realidade. Perdi quatro crianças e duas delas foram pelas mesmas mãos invisíveis que levaram a sua filha. A mão da falta de amor ao próximo, a mão do flagelo do racismo estrutural, a mão da ausência do poder público, a mão da falta de esperança que insiste em nos levar.<sup>22</sup>

A cantora Elza Soares, consagrada nacional e internacionalmente, condoída e mergulhada na dor de Jaqueline escreve de mãe para mãe, e faz pergunta semelhante. “O Que faltou? Linda, comunicativa, amorosa, jovem, corajosa, mulher, mãe, negra, de origem simples, batalhadora (...). O que faltou para ela ter o merecido reconhecimento em vida e experimentar o acolhimento que as redes sociais fingem dar?”.

---

<sup>22</sup> SOARES, Elza. Estaremos Juntas Nessa Luta: uma carta para a mãe de Kathelen Romeu, morta durante disparos da polícia no Rio. Revista Piauí, Edição 178, julho de 2021.

Talvez não seja a falta. Talvez seja exatamente aquilo que ela era ou aquilo que ela tinha; era mulher, era negra, era de origem simples, era favelada. Era assim, uma pessoa que, como milhões de tantas outras no Brasil, não tem importância social, mas importância de rebanho manipulável, contingente numérico que pesa na balança nas decisões eleitorais. A miséria, a cor, o gênero, tudo se impõe contra sua inclusão social, contra o reconhecimento de igualdade. Elza fez a pergunta e ela mesma lança a resposta:

“Faltou pararmos de acreditar que alguma coisa está realmente mudando em nosso país, que aqui preto, mulher, favelado tem algum direito de fato. Às vezes me dá a sensação de que nós somente “ganhamos” esse direito, o reconhecimento do nosso lugar ao Sol, quando morremos ou somos surrados, maltratados, humilhados.”

Elza Soares tem a perfeita visão que não se trata de uma questão meramente econômica ou de uma fatalidade do acaso. Sua percepção chama a atenção para o fato de não ser uma questão social e sim uma questão de raça. Uma sociedade construída sobre a dicotomia e o antagonismo entre brancos e pretos não se permite enxergar que os benefícios sociais e a igualdade devem se estender a todos de igual maneira. A trajetória histórica da sociedade brasileira, sempre e constantemente injetada de valores euro-cristãos, que negava e nega ainda, as heranças ancestrais indígenas e africanas, demonizando tudo aquilo que lhe era a antítese, sempre viu o negro como seu inimigo real e uma constante ameaça potencial.



Imagem: Elza Soares. disponível em : <http://centrocultural.sp.gov.br/2020/06/23/90-anos-de-elza-soares/>

Celia Marinho de Azevedo, em “Onda Negra, Medo Branco”<sup>23</sup> estuda a sociedade brasileira em plena vigência do escravismo e descortina o imaginário preconceituoso e eivado de medo e ódio que as elites brasileiras tinham sobre os negros durante o século XIX. Seu estudo aponta como essa elite não resistia diante da possibilidade de lançar mão dos instrumentos de poder do Estado para combater as festas, encontros, reuniões e cerimônias, religiosas ou não, dos negros e mestiços que ocorriam nos arredores da cidade, assim como mostra também o quanto essas forças policiais estavam sempre prontas a atender a essas convocações da boa parcela da sociedade urbana durante o Império. Célia Marinho afirma que seu trabalho é um estudo sobre o medo<sup>24</sup>, e o medo da sociedade branca brasileira do oitocentos e séculos anteriores, sempre foi sobre o elemento negro e seu universo de crenças, línguas, danças e vivências. O medo de que essa cultura intensa e vigorosa solapasse suas frágeis estruturas sociais e religiosas, baseadas muito mais na prática da bondade por medo da punição do que pela solidariedade irmanada ou inspiração ancestral. Esse medo nunca permitiu que a negritude e suas raízes fosse conhecida pelos brancos e, na falta do conhecimento, se impõe a destruição; como diz a sabedoria indígena, “aquilo que tememos, destruimos”<sup>25</sup>

Na atualidade, boa parte desse medo permanece intocado em suas origens, o medo da religiosidade africana, de seu conjunto de crenças e das comunidades de terreiro. Hoje, talvez este medo tenha sido acrescentado da enorme resiliência dos negros frente às dificuldades e obstáculos criados para sua sobrevivência digna. Gargalos no acesso à educação, educação de qualidade abaixo do desejável, falta de inserção no mercado de trabalho, atividades de baixa remuneração,

---

<sup>23</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. São Paulo: Anna Blume. 2004.

<sup>24</sup> Idem. p 18.

<sup>25</sup> GEROGÉ, Dan. Disponível em : <https://citacoes.in/autores/dan-george/>



péssimas condições de trabalho, e, ainda assim, esses pretos insistem em viver e fortalecer sua resistência, andar de cabeça erguida ainda que o jugo lhe seja cada vez mais pesado.

Elza Soares continua sua carta emocionada a Jakeline:

“Nosso país é especialista em celebrar o póstumo. Para quem? Para enganar quem? É uma emoção triste, quase compensatória, assistir à missa de sétimo dia da morte da Kathlen ali, aos pés do Cristo Redentor, nosso maior cartão-postal, mas seria uma emoção feliz, muito feliz, se estivéssemos assistindo à missa de aniversário de 15 anos, à missa de formatura da Kathlen, da Maria, da Gabriela, da Elza, da Joana, da Stefani. De tantas outras Kathlens que perdem suas vidas para alguma coisa que se torna maior que nós e mais difícil de combater a cada novo dia, a crueldade com a nossa gente.”

A cantora alerta para a capacidade da sociedade brasileira em dar valor – ou o fingir valor - apenas após o sangue derramado. Sociedade que apenas finge ser enganada porquanto compactua com a tragédia anunciada e encarnada em sua própria construção. A cerimônia aos pés do maior cartão postal toma, por um momento, um espaço privado ao qual, em dias e situações normais, o povo preto não tem acesso, pertence ao turista, ao estrangeiro, aquele que não é da comunidade. E, ocupar esse espaço é uma situação “quase compensatória”, mas não é. Melhor seria assistir a outras cerimônias que marcassem as vitórias de tantas outras mulheres cujos corpos pretos e mestiços foram encontrados pelas balas perdidas das forças de poder de nossos desgovernos.

Na última frase deste parágrafo a autora diz que a foice que ceifa a vida de tantas mulheres de cor é um fenômeno “muito maior que ‘todos nós’, e muito mais difícil de combater, a crueldade contra ‘nossa gente’”. Ao usar os termos “todos nós” e “nossa gente”, Elza Soares chama ao palco a identidade negra como um ente coletivo que dia após dia luta contra o mesmo inimigo comum que é maior que esta identidade coletiva: a crueldade humana, agravada por se tratar de uma crueldade coletiva, identificada etnicamente, e direcionada a outra parcela da sociedade que ao longo do processo histórico de

formação da sociedade sempre foi desprovida dos meios necessários para reagir ou, no mínimo, se proteger desta crueldade.

A essa crueldade coletiva direcionada Elza Soares dá nome: genocídio. Genocídio dos desprivilegiados, dos despossuídos, dos excluídos, que nesse país de tradição senhorial, são os pretos e pardos, mestiços que se empregam ou buscam se empregar de todas as formas em todo tipo de trabalho, pois que emprego formal não há, e quando aparece exige uma escolaridade que a massa preta nunca pode alcançar. “O genocídio contra o nosso povo, contra quem nasce sem qualquer privilégio, como nós, é uma realidade cruel que machuca, maltrata, mata – e também revolta.”. Embora tenha sido dona de uma carreira consolidada, Elza soares era uma mulher negra, nasceu pobre, favelada e que perdeu dois de seus filhos para a fome, e que passou a cantar à noite para que seus outros filhos pudessem sobreviver, por isso se identifica com a jovem morta na favela, por isso sempre usa os termos de identificação e proximidade, como “nosso povo” e “como nós”. Ao se dirigir a Jaqueline, Elza não esconde o quanto lhe dói perceber que, dentre todos, são sempre os jovens negros aqueles que são sistematicamente mortos pelo sistema de segurança. Um manto de medo e revolta se estende por todos aqueles que conseguem perceber o tratamento desigual que é dado a pretos e brancos pelas autoridades políticas e policiais. Os instrumentos de poder do Estado estão prontos a proteger e servir aqueles que lhes parecem como iguais, e a perseguir, excluir, e eliminar a todos aqueles que reivindicam igualdade, oportunidades e direitos.

Para a cantora, é claro que o resultado das eleições ocorridas em 2018 influenciou no aumento, ou pelo menos na falta de necessidade em se disfarçar ou esconder os resultados fúnebres das “batidas” policiais nas favelas. Elza então apela que a morte de Kathlen ao menos sirva como fator motivador de mudanças políticas tão logo as possibilidades para isso se apresentem, já que o Estado Brasileiro, na figura do chefe do executivo, tornou clara e prática uma política de

acirramento das desigualdades econômicas, o que provocou um aumento do desemprego, da fome e, conseqüentemente da criminalidade e da violência. “Eu queria que toda a gente se lembrasse da foto que postou da Kathlen quando estiver apertando o botão da urna eletrônica para dar seu voto nas próximas eleições.”. Sua fala é uma convocação ao povo preto para se manifestar em uma das raras vezes em que tem a oportunidade de se expressar. E continua “Eu queria que nosso povo se lembrasse da Kathlen quando visse outra menina promissora e talentosa como ela, passando ali na rede social, bem ao alcance do apoio que poderia ser dado, mas não foi, deixando para quando era hora de celebrar a dor.”. Aqui Elza conclama os jovens a uma solidariedade, à formação de uma consciência coletiva que favoreça os jovens pretos e pardos, pobres e favelados a alçarem voos mais altos, Preto apoiando preto, porque os brancos não os farão. Sua fala é a confirmação daquilo que Emicida deixa claro ao se referir ao apoio que os negros de nosso país têm a seu favor:

Se a benção vem a mim, reparto  
Invado cela, sala, quarto  
Rodeio o globo, hoje to certo  
De que todo mundo é um  
E tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós<sup>26</sup>

O rapper chama a atenção para a necessidade de que parcela negra da população perceba que os únicos com os quais pode contar é com ela mesma, e que toda possibilidade de solidariedade deve ser posta em prática, para que como diz a carta de Elza, não seja deixada para quando for a hora de celebrar a dor.

Em suas linhas a carta de Elza também denuncia, em particular, a situação enfrentada cotidianamente pelas mulheres que, como ela, como Jaqueline e como Kathelen, nasceram pretas e pobres e por esse motivo, mais do que por qualquer outro, tem um desafio imensuravelmente maior:

---

<sup>26</sup> Canção Principia. Interprete Emicida. Autores Leandro Roque de Oliveira e Vinícius Leonard Moreira.

Uma lutadora como eu, como você, como outras de nós, pessoas que precisam provar sua força mais do que as outras, dia após dia. Nós, mulheres pretas, que década após década vemos nosso futuro desenhado pelas mãos de quem vence, de quem conta a história, mesmo que façamos todo esforço do mundo para mudar essa realidade com nosso sangue, suor, com nossa própria existência. Mesmo que essa luta custe nossas vidas.

E a que custo. Quantas vidas. Quantas mulheres negras ceifadas pela legitimação do poder masculino, patriarcal branco durante séculos. Pesquisas mostram que 64 % das mulheres mortas por ação violenta são negras e que “no período entre 2005 e 2015, 52% de mulheres pretas ou pardas foram vitimadas pelo braço armado do Estado”<sup>27</sup>. Mulheres como Mariele Franco, Glaucia Silva<sup>28</sup>, Luana Barbosa<sup>29</sup>, Kathelen Romeu.

Na tentativa de consolar Jaqueline e mostrar que mesmo tendo uma carreira consagrada e ser personalidade conhecida da sociedade a cantora desabafa: “E não pense que a coisa muda quando a fama chega. Nossa batalha permanece árdua, desleal e cada nova conquista é criticada ou desdenhada”. É uma confissão de que o sucesso do negro é diferente do sucesso do branco, ou pelo menos considerado de menor relevância ou atingido por meios de méritos questionáveis. E ela continua “a diferença entre a fama e a fome é a vogal”, porque mesmo atingido o sucesso, o mundo à sua volta permanece mergulhado na injustiça e isso lhe atíça uma outra fome:

Eu tenho fome de justiça pela morte da Kathlen Romeu, do Anderson Gomes, do Carlos Eduardo, da Cláudia Silva, do João Alberto, do Cleiton Correa, do Douglas Rodrigues, do Evaldo Rosa, do menino João Pedro, do menino Miguel Otávio, da Marielle Franco e dos milhares e milhares de pretos que perderam e continuam perdendo suas vidas para o sistema.

E como saciar tamanho apetite, quando a raiz do problema penetra tão profundamente na formação da sociedade? Andreino Campos ao traçar o histórico do surgimento e desenvolvimento das favelas no Rio de Janeiro aponta a proposital ausência do Estado nestas áreas

---

<sup>27</sup> Disponível em <https://www.brasilefato.com.br/2017/07/07/mais-da-metade-das-mulheres-mortas-pelas-policias-entre-2005-e-2015-eram-negras>

<sup>28</sup> Baleada pela polícia e arrastada pela viatura até a morte. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2017/07/07/mais-da-metade-das-mulheres-mortas-pelas-policias-entre-2005-e-2015-eram-negras>

<sup>29</sup> Espancada pela polícia. Disponível em : idem

porquanto sua população é composta por uma parcela considerada desqualificada e, portanto, desnecessário que os benefícios do Estado se estendam a ela<sup>30</sup>. E ainda denuncia que as favelas não são um espaço criminoso, mas um espaço criminalizado, ou seja, é a visão do Estado e da elite social que lança sobre ela um preconceito generalizante, e evita os investimentos necessários à mudança desta realidade. Uma sociedade que se nega a enxergar a favela como a única moradia possível a uma população excluída por ser preta. Favela enquanto única moradia possível a uma população trabalhadora e que luta desde antes do sol nascer para trazer para casa o pão, a farinha, o feijão. De novo, Emicida traz à tona essas pessoas, essas mulheres que antes do sol nascer começam sua luta: “A merendeira desce, o ônibus sai Dona Maria já se foi, só depois é que o sol nasce”<sup>31</sup>, é a favela ocupando a cidade, silenciosamente, e também silenciosamente sendo ignorada.

Elza reconhece essa dura realidade das favelas cariocas e como seus moradores tem um horizonte obstaculado. A coisa é mais profunda do que querem nos fazer acreditar.

Começa ali na falta de esgoto nas favelas e comunidades, na falta de escolas, de hospitais, de cultura e lazer para nossas crianças. Na criminalização dos ritmos musicais e das manifestações culturais que surgem no morro, como o samba, a capoeira, o funk e tudo que a gente produz. Começa na omissão do poder público na base, na educação dos nossos jovens. Se a morte não é causada pela falta de oportunidades, provavelmente é pelas consequências dessa falta de oportunidades. E quem de nós não for morto por uma ou outra dessas razões morrerá um pouco a cada dia ao ver nossa gente massacrada dessa forma.

Como quem cresceu, viveu e sofreu por tanto tempo nas favelas, Elza Soares tem autoridade sobre o que fala. Na favela experimentou a maternidade e o luto, a violência e a fome. É consciente de que a favela não é aquilo que escolheu ser, mas aquilo que conseguiu ser diante da ausência do Estado, que ali só aparece na sua extensão

---

<sup>30</sup> CAMPOS. Andreilino. *Do quilombo à Favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005

<sup>31</sup> Canção: *A Ordem natural das Coisas*. Intérprete, Emicida. Compositores, Alain Faulconnier e Leandro Roque de Oliveira.

armada; da negligência e mesmo da repulsa da elite social, que vê na favela um cancro corrosivo da ordem e da paz; do preconceito contra sua cor, sua origem e sua cultura. A favela é, antes de tudo um espaço de resistência, de reafirmação de identidades e resgate de raízes ancestrais.

Como mãe que perdeu dois filhos para a fome, a cantora se dirige a Jaqueline, não no sentido de afagar a sua dor, mas de fazê-la perceber, se é que isso seja necessário, que essa dor vitalícia deve se tornar em uma chama que alimente uma luta incessante por justiça, que alimenta e direciona as ações daqueles que não se conformam com destinos impostos pela força da violência; sobretudo quando a violência e o ataque, quando a causa da dor vem juntamente daqueles que deveria trazer a segurança, a ordem, a paz e a esperança.

Eu queria mesmo era abraçar você. Queria te dizer que essa dor nunca vai passar. Que você se lembrará da sua Kathlen dia após dia. A cada novo amanhecer e a cada novo anoitecer. E vai doer. Vai doer muito e continuará doendo todos os dias até o seu último dia aqui. Com o tempo você aprenderá a suportar essa dor, a conviver com ela e com a revolta que ela causa em você e nos seus. Isso fará você cada vez mais forte e mais sedenta por justiça, e essa luta para que a justiça seja feita te dará um novo sentido para viver.

Aqui, Elza não está jogando palavras ao vento na tentativa de consolar, fria e formalmente, como que num gesto automático de um velório público, uma mãe desconhecida que acabara de perder sua filha. A cantora conta, na intimidade da carta, um pouco de sua própria vivência e como canalizou sua dor para ações afirmativas dentro daquilo que sabia e podia fazer.

Foi assim comigo. Eu comecei a cantar para salvar meu filho da fome, para dar a ele o que comer, mas aquela batalha eu perdi. A partir dali começou a minha guerra, minha luta por cada uma de nós, por cada um de nós, da nossa gente, por todas as vítimas que não tiveram chance de lutar. A partir dali eu empunhei a minha voz, a minha melhor arma para lutar pelos nossos direitos e principalmente pelo direito de cada um de nós à vida.

A artista não diz que sua dor a fez procura uma forma de vingança pessoal, irracional e intempestiva. Sua tentativa de alimentar e salvar seus filhos foi sua batalha pessoal, mas seu ingresso na vida artística, defendendo a negritude de suas raízes, de sua pele, de sua cultura foi a guerra na qual se alistou na esperança de denunciar as mazelas



causadas nas comunidades de favela, nos jovens e mulheres pretas e pardas massacradas cotidianamente pelos poderes instituídos e seus braços armados e legitimados; que protegidos pela farda ou pela toga despejam no povo preto, a qual Elza chama de nossa gente, as mais variadas formas de opressão. É por meio sua música e sua voz que ela se torna a defensora do direito mais fundamental a qualquer um, mas, diante da realidade experimentada, sobretudo ao povo preto; o direito à vida. E que essa vida venha acompanhada de dignidade e de oportunidade. A mesma oportunidade que foi negada a Kethelen.

Em seu último parágrafo Elza abraça Jaqueline no seu momento pessoal de derrota, e reconhece que todos e todas da nossa gente perdem um pouco com a morte daquela jovem negra, mas se oferece para, ombro a ombro, guerrearem a mesma guerra, posto que dor tão grande não deve se estender a mais nenhuma outra mãe. “Hoje todas e todos nós perdemos mais uma batalha com a morte da Kathlen, e esta carta é para segurar nas suas mãos, Jacklline, e dizer que estaremos juntas nessa guerra para que nenhuma outra mãe sofra a dor que nós sofremos”.

Uma pena que Jaqueline e Elza Soares tenham tido tão pouco tempo para lutarem na mesma trincheira; em 20 de janeiro de 2022, apenas sete meses após o assassinato da jovem Kathelen Romeu, e aos 91 anos de idade, a cantora abandonou definitivamente os palcos, os shows, a luta, a vida. Mas da carta emotiva, solidária e consciente de Elza a Jaqueline uma passagem se destaca. A cantora se tornou notória pela potência e originalidade de sua voz, e sendo o que de mais precioso possuía, era justamente isso o que colocava como lenitivo para a dor daquela mãe desolada, uma voz que pudesse envolvê-la e no lugar de falar por ela, pudesse gritar junto com ela para que o mundo ouvisse a dor e o desespero do povo preto em luta constante nas favelas do Rio e do Brasil. Uma voz rascante, poderosa mas que Elza oferece como lança e escudo, como carinho e afago; como promessa e compromisso: “Eu prometi a mim mesma que cada

pessoa que sofresse injustiça, fosse quem fosse, teria **na minha voz um abraço.**”.

Que a causa negra ganhe o abraço de Elza Soares. Que as denúncias de sua voz ajudem a provocar as mudanças necessárias na maneira de olhar o negro em nosso país. E que a favela deixe de ser uma reserva de caça ou campo de extermínio. Que os corpos negros deixem de ser alvo das balas perdidas. Que a humanidade seja como o abraço que Elza oferece em sua voz.